

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 564

Data: 18.04.76

Pg.: _____

Cimi investigará maus tratos aos indígenas Caiuá

EP 18-4-76

Do correspondente em
CUIABÁ

O vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — padre Thomás de Aquino Lisboa, chega hoje a Dourados para apurar as denúncias feitas na semana passada ao bispo daquela cidade, dom Theodardo Leintz, pelo índio Cláudio de Souza, segundo as quais o chefe do Posto Indígena, Idewar Sardinha, vinha dispensando tratamento paternal aos índios terena, enquanto o grupo caiuí, menos aculturado, estaria recebendo tratamento "duro e desumano".

Proibido, como toda a cupula do Cimi, de entrar nos postos indígenas, por determinação do presidente da Funai, o padre Thomás de Aquino Lisboa disse ontem que "para apurar a verdade desconhecerá essa proibição". Hoje pela manhã ele se encontrará, em Campo Grande, com alguns missionários e, logo depois, seguirá para Dourados, onde pretende entrevistar-se com os capitães dos grupos terena e caiuí. Dom Theodardo Leintz, que ficara retido por 15 minutos no posto indígena, por determinação do indigenista Idewar Sardinha, também será ouvido pelo vice-presidente do Cimi.

O padre Antonio Iasi Junior, secretário-executivo do Cimi, disse ontem que não tem fundamento as críticas do chefe da 9.ª Delegacia Regional da Funai, em Campo Grande, Gerson Alves da Silva, que classificou de "sensacionalista" o fato de o bispo de Dourados, D. Theodardo Leintz, haver enviado carta-denúncia ao presidente da República e ao ministro Rangel Reis, relatando os últimos acontecimentos no PI daquele município.

"O fato de o bispo haver enviado carta ao presidente da República e ao ministro do Interior — afirma Antonio Iasi Jr. — quando muito pode retratar uma antiga imagem da Funai, quando nem índios nem missionários tinham esperança de que um apelo direto ao ór-

gão pudesse resolver alguma coisa".

"Entretanto — continua — com as propaladas reformas da Funai, talvez índios e missionários recuperem a confiança no órgão e não se tenha que multiplicar os telegramas para reforçar uma denúncia de violação do estatuto do índio".

Na opinião do secretário-executivo do Cimi, "a Funai, que o general Ismarth de Oliveira está pensando reformular, assumiu junto aos índios, através de frequentes promessas, uma enorme dívida que eles, os índios, na sua autenticidade não lhe cobrar".

Para o padre Antonio Iasi Junior, no momento em que está sendo reformulada a cupula da Funai e que se conduz um movimento para a criação de uma CPI para apurar as atividades do órgão, é muito oportuno recordar a situação dos índios nambiquaras — já qualificada de "vergonha nacional" — que habitam o vale do rio Guaporé. Ali, segundo o missionário, dezenas de fazendeiros vêm desrespeitando inteiramente a área interdita pela Funai.

Uma dessas fazendas, a Agropecuária Vale do Guaporé S.A., pertencente ao grupo Zillo e Lorenzetti, está na área interdita desde 1970. A sede fica a apenas 500 metros de uma aldeia nambiquara. "Para salvar as aparências — diz o padre Iasi — os fazendeiros determinaram que a enfermagem da fazenda atendesse também os índios contagiados por diversas doenças levadas pelos brancos".

Agora — conclui o missionário — o administrador da fazenda, Max Mosmann, proibiu o atendimento aos nambiquaras e duas mulheres já morreram de gripe: uma velha índia conhecida por "Mamãe" e uma outra, mãe de três filhos".